

JORNALISMO E ATUALIDADE EM MACHADO DE ASSIS: DAS CRÔNICAS AO QUINCAS BORBA

JOURNALISM AND ANALYSIS OF CURRENCY EVENTS IN MACHADO DE ASSIS' WORK: FROM ESSAYS TO QUINCAS BORBA NOVEL

Lucia Granja*
lucia.granja@unesp.br

RESUMO: Se a estranha atualidade das ideias de Machado de Assis não fosse sempre tão surpreendente, poderia parecer simples repetição que este texto insista em discuti-las. Algumas delas, decorrentes das análises a respeito de política e sociedade, transbordam de suas crônicas, nas quais o cronista capta imagens, hábitos, práticas e os decortica, de modo a expor a sua natureza, os valores que os definem, as deformações que neles se naturalizam, entre outros. Mais do que comentar o cotidiano, no guarda-chuva escasso da legalidade, na associação da figura dos homens à das personagens, no culto das aparências, entre outros, as crônicas revelam uma lucidez que vai criando parâmetros para uma interpretação do Brasil.

PALAVRAS CHAVE: Machado de Assis, crônica, Quincas Borba, atualidade.

ABSTRACT: There's a surprising capacity of analysis of currency events in Machado de Assis' ideas. If this was not so amazing, it might seem like a simple repetition that this text insists on this topic. Machado's privileged awareness derives from his analyzes about politics and society, that overflow in his journalistic essays. There he captures images, habits, practices and decorticates them in order to expose their nature, the values that define them, the deformations that are naturalized in them, among others. More than commenting on daily life, these journalistic essays reveal that they are creating parameters for an interpretation of Brazil.

KEYWORDS: Machado de Assis, journalistic essays, Quincas Borba, current events.

Uma parte significativa da vida pública brasileira, como têm demonstrado os recentes eventos políticos e sociais, é desenhada com os traços fortes de uma corrupção generalizada, colorida por ligações e acordos obscuros, conchavos e alianças não declaradas, muitas vezes ilegais, entre grupos de comunicação, empresários, banqueiros, homens públicos etc. Não há objetivo outro que não seja o do enriquecimento individual e o da permanência de grupos em um poder quase absoluto, de forma a garantir velhos privilégios pouco partilhados. A República instalou-se, no final do século XIX, sem propor soluções à massa de ex-escravos em situação de abandono político e social. Como consequência, grande parte da população ainda vive em situação de precariedade em relação ao trabalho, pobre ou paupérrima, o que perpetua e, ao mesmo tempo, garante a perpetuação daquele abandono social. Além disso, essa mesma

* Professora de Literatura e Cultura Brasileiras na UNESP, São José do Rio Preto. Livre-Docente em Literatura Brasileira pela UNESP. Doutora em Teoria e História Literária pela UNICAMP. Realizou estágios de pós-doutorado em PARIS/VERSAILLES (CHCSC, Université de Versailles à St. Quentin-en-Yvelines); PARIS (Fondation Maison des Sciences de l'Homme/Université Paris VII, Denis Diderot); LISBOA: Universidade Nova de Lisboa/Instituto Camões. É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e pesquisadora-associada ao Centre d'Histoire Culturelle des Sociétés Contemporaines, da Université de Versailles à St. Quentin-en-Yvelines (desde 2013) e ao Centre de recherches sur les pays lusophones, da Université Paris 3-Sorbonne Nouvelle (desde 2015).

população recebe educação básica que lhe confere baixo nível de formação, o que também lhe relega ao abandono social e garante o prolongamento do abandono político.

Tributária, mas ao mesmo tempo responsável por esse quadro, a imprensa, uma vez instalada em terras brasileiras, passou a veicular uma igualdade de aparências, ajudando a construir uma democracia frágil e superficial, profundamente enraizada, desde o século XIX, em suas formas e agentes.

Naquele século, a difusão dos impressos europeus nos países americanos tornou-se cada vez mais ampla, o que não quer dizer que se deva considerar menos importantes as trocas entre os territórios em estabilização política nas Américas. Considerando as afinidades interamericanas, aliás, sabemos que a circulação da imprensa no XIX, quer tomemos uma escala nacional, transamericana ou transcontinental, constitui-se em uma das fontes e importante caminho para a difusão do nacionalismo, sendo, ao mesmo tempo, meio para a sua transposição. Nas palavras de Alain Vaillant (2009, 115), “essas mesmas transferências [culturais] que contribuíram para os movimentos de afirmação das Independências dos países americanos os impulsionaram à ultrapassagem das fronteiras nacionais e ao engajamento no movimento de globalização”.

Em tal contexto mundial de difusão de ideologias, movimentos e regimes políticos, o desmonte das aparências construídas pelo discurso jornalístico foi uma das formas de lucidez de Machado de Assis, homem e jornalista. Ele edificou narradores-cronistas que deslizam entre a imagem e semelhança do jornalista e algum grau do “tornar-se personagens”. Em suas crônicas, heróis perdiam as máscaras e a cidadania era posta em questão por críticas às atitudes da imprensa e classe política, bem como às atitudes dos indivíduos.

Em 02 de junho de 1878, nas palavras do cronista, a nossa concepção da legalidade é a de que ela é “um guarda-chuva escasso, que, não dando para cobrir a todas as pessoas, apenas pode cobrir as nossas; noutros termos, um pau de dois bicos” (Machado de Assis, “Notas Semanais”, *O Cruzeiro*).

Quatorze anos antes, em uma crônica publicada em 25 de julho de 1864, o cronista que se assina “M.A.” e se define como “muito amável” e “muito abelhudo”, inicia seu escrito com o que chama de “fantasias de ordem poética”, o que faz por meio de um curto parágrafo em que as rosas são “as belas filhas da terra que acolhiam a um tempo as lágrimas da noite e os beijos de Cynthia” (Machado de Assis, “Ao acaso”, *Diário do Rio de Janeiro*, 25 de julho de 1864). Mas, o “ledo engano” do cronista foi interrompido pelo prosaísmo da imprensa, pois,

como ele relata, “uma notícia que eu tinha lido nessa manhã, em uma folha do Sul, levou-me a uma série de reflexões prosaicas e aflitivas” (Machado de Assis, *ibidem*). Imediatamente, o clichê poético que envolve as rosas é corroído pela notícia de jornal, de onde, afinal, se extraem, em sua maioria, as matérias da crônica, que são, em 25 de junho de 1864, as seguintes: 1) a falsificação de produtos (como um vinho de rosas e outros vinhos do Sul, mistura de pau campeche, essências e outros ingredientes; 2) a falta de fiscais em ação para que não haja falsificações; 3) a informação sumária dada pela imprensa à população, a propósito de produtos deturpados e mesmo estragados; 4) e aí, decorrente de um aprofundamento da crítica encetada nos primeiros tópicos, colocam-se em evidência a ineficiência ou a desonestidade de certos tipos de publicação dos jornais; 5) as reclamações que saem na imprensa a propósito do asseio da cidade e as medidas que devem ser tomadas quanto a isso; 6) o posicionamento político-ideológico da folha católica *A Cruz*.

Observemos, recompondo esses eixos, que a imprensa é o grande tema da crônica, quer a tomemos como forma de mediação, em sua responsabilidade social, ou mesmo como assunto sobre o qual a crônica deve refletir. Além disso, o que poderia parecer parcial e pontual desta crônica percorre a obra de Machado de Assis e, a respeito disso, os exemplos seriam inúmeros. Basta ver que a ação mal executada dos fiscais reaparece naquela já mencionada crônica de 02 de julho de 1878, da série “Notas Semanais” do jornal *O Cruzeiro*, nos mesmos termos desse texto de 25 de julho de 1864, publicado no *Diário do Rio de Janeiro*. Na crônica de 02 de julho de 1878, uma das comissões sanitárias municipais que fiscalizavam produtos e mercadorias descobre a ação criminosa em relação ao engarrafamento de águas quaisquer como se fossem água mineral e, ao invés de lacrar os estabelecimentos, apenas aplica-lhes uma multa e lhes recomenda que o rótulo das garrafas de água mineral passe a declarar que as águas vendidas eram, na verdade, “artificiais”. A *Gazeta de Notícias* traz essa informação, por meio da qual compreendemos o alcance da referência irônica de Machado de Assis:

Foram multados (...) os donos de diversas fábricas de águas minerais da travessa do Ouvidor, por não terem cumprido as intimações feitas de inscreverem-se nos rótulos das garrafas de águas minerais falsificadas o dístico “artificiais”(...)” (*Gazeta de Notícias*, 22 de maio de 1878, “Ocorrências da rua”, p.1, cols. 3-4).

Em uma e outra crônicas, a ação falha dos fiscais e a aplicação arbitrária, com pífio resultado, das penalidades previstas em lei, bem como a falta de consideração com a população quando da publicação de informações incompletas, são temas que se reparam em

um intervalo de uma década e meia. Na crônica de 25 de julho de 1864, o narrador-cronista analisa:

Atribuo a publicação daquelas notícias tão lacônicas à ideia de tornar o público ciente de que tal ou tal funcionário cumpre o seu dever. Ora, sem prejudicar esta utilidade privada, podia-se atender igualmente para a utilidade pública, empregando o sistema que eu tive a honra de desenvolver acima. (Machado de Assis, “Ao acaso”, *Diário do Rio de Janeiro*, 25 de julho de 1864).

Acima o cronista desenvolvera dois pontos em que enunciara as vantagens de as publicações de assuntos nos jornais serem menos parciais, noticiando-se, por exemplo, o nome das casas e proprietários que comercializavam produtos falsificados. Segundo ele, isso: 1) dava garantia aos compradores, sem prejuízo para os negociantes honrados; 2) dava publicidade negativa aos maus comerciantes, como forma de castigo, o que promoveria um certo temor de afrontar as boas práticas comerciais em função da “vilita de uma publicação como esta, distribuída pelos vários mil assinantes da folha” (Machado de Assis, *ibidem*). No trecho citado, fica clara também a maneira pela qual a imprensa arranja o seu noticiário. Longe de servir ao interesse público, a recriação do cotidiano no espaço mosaical dos jornais tem utilidade privada. Estávamos, já em 1864, no domínio de publicações que visam, pela manipulação do público, à projeção ou à proteção de determinados grupos ou indivíduos. No que tange ao fazer da notícia com propósito de arranjar a vida política e ideológica de um país, a imprensa alicerça o seu poder de inventar aquilo em que se acredita ou se descrê. Ela conta para isso com o crédito que lhe dá sua palavra de mediadora e com o potencial de viralizar o conteúdo fruto da mediação.

Ainda exemplificando de que maneira o fazer da imprensa é tema recorrente na crônica e na obra machadianas, comunica-se com o texto de 1864 um episódio do romance *Quinca Borba*, publicado em livro em 1891.

Rubião salva um garoto de um atropelamento na “Rua da Ajuda”. Ele estava a caminho da sede do jornal *a Atalaia*, a fim de se fazer assinante da nova folha. Ali, é convencido pelo Dr. Camacho a se tornar sócio do empreendimento. Esse Camacho é apresentado da pior forma possível pelo narrador do romance, um advogado-jornalista para quem o exercício da última função é uma estratégia que visa tornar possíveis suas altas ambições, regidas por nem tão altos valores, ou obter cargos e vantagens pela via da política. No dia seguinte ao do investimento irrefletido do professor de Barbacena, o de tornar-se acionista de *A Atalaia*, ele é recompensado pela publicação, no jornal de Camacho, da notícia do salvamento do garoto, e aconselhado a fazer republicar tal notícia em outros veículos:

(...) Rubião ia concordando, ouvindo, sorrindo; contava a cena a alguns curiosos, que a queriam da própria boca do autor. Certos ouvintes respondiam com proezas suas - um que salvara uma vez um homem, outro uma menina, prestes a afogar-se no Boqueirão do Passeio, estando a tomar banho. Vinham também suicídios malogrados, por intervenção do ouvinte, que tomou a pistola ao infeliz e fê-lo jurar... Cada gloriuzinha oculta picava o ovo, e punha a cabeça de fora, olho aberto, sem penas, em volta da glória máxima do Rubião. Também teve invejosos, alguns que nem o conheciam, só por ouvi-lo louvar em voz alta. Rubião foi agradecer a notícia ao Camacho, não sem alguma censura pelo abuso de confiança, mas uma censura mole, ao canto da boca. Dali foi comprar uns tantos exemplares da folha para os amigos de Barbacena. Nenhuma outra transcreveu a notícia; ele, a conselho do Freitas, fê-la reimprimir nos apedidos do *Jornal do Commercio*, interlinhada. (MACHADO DE ASSIS, *Quincas Borba*, capítulo LXVII).¹

A vaidade de Rubião, própria e manipulada pelos “amigos”, é, no primeiro plano da ação, vício relativamente desimportante, ao lado da vileza de Camacho, o qual figura, no plano do fundo, o uso da imprensa para fins pessoais, que são os seus projetos políticos. Por meio da mídia, ele fizera oposição política com a finalidade única de alcançar dias melhores e cargos públicos. Os adjetivos com os quais tratara a oposição em seus escritos, “nefasto, esbanjador, vergonhoso, perverso” foram a ele imputados quando se tornou presidente de uma província de segunda ordem no Império. O “toma lá, dá cá” dos mesmos qualificativos com que a oposição ataca a situação indica a pobreza dos debates e da vida política brasileiras, sendo essa responsabilidade, no romance, atribuída à imprensa política. Daí as publicações que visam à projeção, ou mesmo à destruição, de determinados grupos ou indivíduos.

Unindo, agora, o tipo de publicação para exaltação dos valores individuais ao que ocorrera com Rubião, no *Quincas Borba*, volto a mais uma citação da crônica de 25 de julho de 1864. Apesar de extensa, a reprodução do texto tem um sentido neste artigo:

Acho inocentíssima a ideia a que atribuo essas publicações, em comparação com outra ideia e outras publicações, de que não são raros os exemplos.

Citarei um fato:

Era um leilão de escravos. Na fileira dos infelizes que estavam ali de mistura com os móveis, havia uma pobre criancinha abrindo olhos espantados e ignorantes para todos. Todos foram atraídos pela tenra idade e triste singeleza da pequena. Entre outros, notei um indivíduo que, mais curioso que compadecido, conjeturava a meia voz o preço por que se venderia aquele semovente.

Travamos conversa e fizemos conhecimento; quando ele soube que eu manejava a enxadinha com que agora revolvo estas terras do folhetim, deixou escapar dos lábios uma exclamação:

¹ A partir de agora, todas as referências são tomadas à edição eletrônica com notas em hipertexto, preparada por Marta de Senna. http://www.machadodeassis.net/hiperTx_romances/obras/quincasborba.htm. Consulta em 15 de agosto de 2019.

- Ah!

Estava longe de conhecer o que havia neste – ah! – tão misterioso e tão significativo.

Minutos depois começou o pregão da pequena. O meu indivíduo cobria os lances com incrível desespero, a ponto de pôr fora de combate todos os pretendentes, exceto um que lutou ainda por algum tempo, mas que afinal teve de ceder.

O preço definitivo da desgraçadinha era fabuloso. Só o amor à humanidade podia explicar aquela luta por parte do meu novo conhecimento; não perdi de vista o comprador, convencido de que iria disfarçadamente ao leiloeiro dizer-lhe que a quantia lançada era aplicada à liberdade da infeliz. Pus-me à espreita da virtude.

O comprador desiludiu-me, porque, apenas começava a espreitá-lo, ouvi-lhe dizer alto e bom som:

- É para a liberdade !

O último combatente do leilão foi ao filantropo, apertou-lhe a mão e disse-lhe:

- Eu tinha a mesma intenção.

O filantropo voltou-se para mim e pronunciou baixinho as seguintes palavras, acompanhadas de um sorriso:

- Não vá agora dizer lá na folha que eu pratiquei este ato de caridade.

Satisfiz religiosamente o dito do filantropo, mas nem assim me furtei à honra de ver o caso publicado e comentado nos outros jornais.

Deixo ao leitor a apreciação daquele airoso duelo de filantropia.

Se queres a caridade às escondidas, dizia-me um dia um filantropo, serás forçado a admitir que a natureza da caridade é a natureza da coruja, que foge à luz para refugiar-se nas trevas: tira as consequências.

Podia opor a este impertinente a figura da violeta e o texto do Evangelho, mas são demasiado clássicos para os filantropos realistas. (Machado de Assis, "Ao acaso", *Diário do Rio de Janeiro*, 25 de julho de 1864).

A citação desse conjunto recupera mais do que os assuntos do texto. Em destaque, está a forma de pequena história moral inserida em meio aos comentários da crônica. Longe das intenções de Camacho ou dos falsos amigos de Rubião, e consciente de que o interesse em vantagem pessoal que o filantropo da história espera auferir da publicação de seu ato nos jornais deve ser abominado pela imprensa, o narrador-cronista observa que outras folhas se prestaram à transcrição da atuação desse ato humanitário duvidoso. Na postura pessoal do narrador-cronista, a virtude interesseira é prática de "filantropos realistas", para quem o privado está serviço da notoriedade pública, com finalidades escusas ou vantagens pessoais. Haveria também consequências a tirar, nessa pequena história, a respeito da escravidão (este leilão de escravos, no qual o preço da "desgraçadinha" atingiu patamar "fabuloso", é praticado em um contexto no qual as vendas de escravos no mercado interno se tornavam cada vez mais importantes devido à extinção do tráfico uma década antes) ou, ainda, considerar a estranheza da sugestão que vem com um homem que compra por preço fabuloso uma menina assustada.

Fiquemos, apenas, em que a transcrição da “ação virtuosa” na imprensa é tratada, pela crônica, no registro da ficcionalização. Isso acentua o fato de que as notícias dos jornais ajudam a construir *figuras* do presente, representações (CHARTIER, 2002) essas que serão desautorizadas pelos comentários do cronista. Ou seja, em um tempo-espaço em que havia algum lugar para o contraditório em um mesmo veículo, o jornal narra a notícia e a crônica lê o jornal como narrativa e mesmo como narrativa de ficção. No caso machadiano, a observação do narrador-cronista serve-se com inteligência da forma, à medida em que a reflexão sobre os costumes no final desse “conto moral”, que é abrigado pela crônica, universaliza a reflexão, ao repetir em tom de máxima o dito de um filantropo: “serás forçado a admitir que a natureza da caridade é a natureza da coruja, que foge à luz para refugiar-se nas trevas”. A seguir, negando-se a contra-argumentar a ideia, o narrador adota tom judicativo e estabelece a figura do “*filantropo realista*”. A quase contradição dos termos desestabiliza o sentido da representação geral estabelecida pela imprensa e, mais uma vez, do processo geral da mídia para produzir disposições partilhadas.

Conclusão

Machado de Assis comparece à atualidade da discussão a respeito da circulação de ideias porque, além de observador da imprensa (LUSTOSA, s/d; SILVA, 2005), revela em suas crônicas, pelo desmonte das aparências, alguns nós da constituição ideológica da vida social brasileira. O resultado é alcançado pelo debruçar-se cotidianamente sobre o sistema midiático ao qual emprestou sua pena, como jornalista e ficcionista de alguns veículos, *as duas atividades confundidas*.

Segundo Sarah Mombert (2011, p. 832), o jornal propôs um novo modelo cultural, que substituiu as referências das elites pelos referenciais do próprio jornal. Nele, operaram-se cruzamentos de diversos tipos, discursos e posturas se confrontaram, e as mudanças que o jornal produziu se devem ao fato de ele ser mais do que um reflexo do mundo exterior, apresentando-se como uma espécie de substituto dele. Por isso, os escritores-jornalistas e, posteriormente, os jornalistas, dizem a realidade recriada pelo imaginário jornalístico. Nesse raciocínio, a voz dissonante de Machado de Assis cronista desdiz a realidade recriada pelo imaginário jornalístico, ao operar com a ficção no registro do “verdadeiro” da notícia.

Inserido, como estava, em uma “civilização do jornal” (Kalifa, Regnier, Thérenty e Vaillant, 2011), Machado de Assis aproveitou a matriz jornalística em sua composição literária, o que confere modernidade à sua obra. Essa ideia amplia a de que, a partir das crônicas do início dos anos 1860, o escritor aperfeiçoou paulatinamente sua técnica, experimentando e

experienciando a ficção, a crítica literária, assim como a habilidade retórica em relação aos discursos vigentes, práticas e acontecimentos miúdos da vida social e política, tudo isso utilizando-se de um jogo crítico-paródico com as formas (textos da tradição literária, discursos parlamentares, entre outros textos do jornal). Dessa forma, se algumas características da literatura brasileira e de Machado de Assis fazem parte de um processo civilizacional mais amplo, a refinada leitura dos textos machadianos já capturara, nas entrelinhas, os indícios dessa vinculação.

O alto grau de consciência que o jovem Machado declarava em relação ao jornal como veículo para a profissionalização dos homens de letras, além daquela mesma experiência em relação à ficção e à crítica, estava em sua atividade jornalística propriamente dita. Para Machado, em 1859, se a invenção da imprensa e, depois dela, a democratização do livro, haviam sido um progresso, “faltava ainda alguma coisa; não era ainda a tribuna comum aberta à família universal, aparecendo sempre com o sol e sendo com ele o centro de um sistema planetário”. Está claro, dessa perspectiva, que o jovem escritor brasileiro partilhava com seus pares europeus – escritores-jornalistas como Théophile Gautier e outros, altamente conscientes das possibilidades e características do novo veículo –, a incorporação ideológica, também estética, da mudança civilizacional causada pelo jornal, assim como da vasta comunicação que dela são, ao mesmo tempo, causa e consequência. Ao longo dos anos, viriam todas as possibilidades de explorar poeticamente o novo sistema, e mesmo desconstruí-lo.

Por fim, a crônica de Machado de Assis e de outros grandes escritores funcionou como “*pièce de résistance*” no processo civilizacional instaurado pelo jornal. Transportado o procedimento aos nossos tristes tempos, no Brasil, mas não apenas nestes tristes trópicos, as vozes dissonantes estão praticamente banidas de dentro dos veículos de comunicação (e mesmo das agências de comunicação) e se submetem a esquemas alternativos de sobrevivência, principalmente nos meios eletrônicos. Resta, assim, na grande mídia, àquela população mal instruída, e mesmo à medianamente instruída, a parcialidade e o achatamento. Resta também ver como aqueles que percebem o social com maior amplitude de referências podem resistir aos movimentos desarmônicos da exagerada parcialidade midiática diante do presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. 2a. edição. Tradução de Maria Manuela Galhardo. S/L: Difel, 2002.

KALIFA, Dominique, RÉGNIER, Phillipe, THÉRENTY, Marie-Ève e VAILLANT, Alain. *La civilisation du journal. Une histoire de la presse française au XIXe siècle*. Paris: Nouveau Monde.

LUSTOSA, Isabel. Observatório da Imprensa - Machado de Assis Jornalista. In: *De olho no passado*. Emissão televisiva.

MOMBERT, Sarah. Presse et fiction: quelques préalables. In: Dominique Kalifa, Phillipe Régnier, Marie-Ève Thérenty e Alain Vaillant. *La civilisation du journal. Une histoire de la presse française au XIXe siècle*, 2011.

SILVA, Marcos Fabrício Lopes da. *Machado de Assis, crítico da imprensa: o jornal entre palmas e piparotes*. Belo Horizonte: FALE/ UFMG, 2005 (Dissertação de Mestrado).

VAILLANT, Allain. Identités nationales et mondialisation médiathique. In: *Impressions du Mexique et de France. Impresiones de México y de Francia*. Org. De Lise ANDRIES e Laura SUÁREZ DE LA TORRE Paris; Cuidade del México: Éditions de la Maison Sciences de l'Homme; Instituto de Investigaciones Dr. José María Luiz Mora, 2009.

PERIÓDICOS

Diário de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,
O Cruzeiro, Rio de Janeiro,
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro,

SITES

http://machadodeassis.net/hiperTx_romances/obras/quincasborba.htm, consulta em diversas datas.